

Poder e civilização no Brasil Imperial. A monarquia na perspectiva da história das ideias

SÉRGIO CAMPOS GONÇALVES

Abstract

Brazil ceased being a Portugal's colony during the Nineteenth-Century. However, despite the Republic has been the dominant tendency in America, Brazil was the only country to adopt Monarchy when its political independency was reached. This essay deals with the concept of civilization as a monarchist power structure of the Brazilian State in the Nineteenth-Century. The objective is to point out that the ideia of civilization granted legitimacy to the monarchist system during the First Reign, the Regency and the Second Reign, acting as a determinant factor to maintain the regime.

Key words: Civilization, Culture, Power, State, Monarchy, Brazil.

Introdução

Os destinos de uma nação cristalizam-se em instituições que têm a responsabilidade de assegurar que as pessoas mais diferentes de uma sociedade adquiram as mesmas características, possuam o mesmo habitus nacional.

Norbert Elias (1997:29)

Celebrado como o país da convivência pacífica da diversidade cultural e racial, o Brasil foi o palco de um recente caso de ódio cultural, racial e geográfico. Na ocasião da vitória eleitoral da então futura presidente Dilma Rousseff, a qual contou com uma maioria decisiva de votos nos estados do Norte do Brasil, uma garota do Estado de São Paulo, através

de uma rede social, esbravejou contra as pessoas do Norte do país dizendo que “nordestino não é gente” e conclamando: “mate um nordestino afogado” (Harada, 2010). O caso expôs a herança de uma mentalidade que compreende os estados do Sul como mais desenvolvidos, civilizados e, portanto, com habitantes mais bem educados e superiores, e, em contrapartida, os estados do Norte como mais bárbaros, formados por habitantes mais ignorantes e inferiores.

Ideia que parece ecoar o nazismo, tal concepção soa política e juridicamente incorreta quando expressada abertamente nos dias de hoje. Entretanto, ela foi um padrão do senso comum da elite intelectual brasileira que se enraizou no século XIX, e que, no período, desempenhou um papel fundamental para que o Brasil, apesar da tendência republicana da América, mantivesse sua estrutura de poder em acordo com o modelo civilizatório da Europa, a Monarquia.

Mas quais os marcos desse processo? A partir da chegada da Corte portuguesa exilada em 1808, se tornaram mais sensíveis a importação regular e a circularidade dos quadros mentais e institucionais que legitimaram no Brasil os pilares do iluminismo e do processo civilizador europeus. É notadamente a partir de 1808 que o processo de enraizamento de um ideal civilizatório se intensifica em solo brasileiro: fixa-se um padrão valorativo europeu e estabelece-se o grau de civilização como a meta, o ponto de chegada, tanto para a arquitetura do ambiente quanto para a dos homens (Malerba, 2000: 125-128).

1808 foi o marco de uma tendência que atravessou o século XIX brasileiro. Para França (1999: 41-42), no reinado de D. Pedro I há o aprofundamento e a expansão da “cruzada civilizatória” inaugurada com a chegada da Corte de D. João VI. Do mesmo modo, com o início da Regência a partir de 1831, e, igualmente, com o Segundo Reinado após 1840, “essa marcha das luzes e do progresso [...] em pouco, ou quase nada, mudará seus rumos”; até o final do Império teria ocorrido “a consolidação de um processo cujas linhas mestras são a urbanização da cidade e a europeização de sua população”, as quais, para os contemporâneos, representavam aproximar-se dos estágios mais avançados de civilização. Nesse processo, logo cedo os agentes da civilização foram definidos: eram os homens ilustrados, das ciências e

das letras. Essa *intelligentsia* perpassou o processo de construção e de consolidação do Estado monárquico, participando ativamente de suas instituições políticas e culturais. Além de comportarem-se como hospedeiros de um ideal civilizatório, os letrados da Corte atuaram também como agentes-vetores, transmitindo uma ânsia pela ocidentalização e pelos cânones do processo civilizador europeus.

Este texto trata da importância do ideal de civilização para a manutenção da estrutura do poder do Estado entre o Primeiro Reinado, o Período Regencial e o Segundo Reinado, e enfatiza que a ideia de civilização conferiu legitimidade à Monarquia e sua Corte.

O Estado possível: a monarquia

A administração de D. João VI esforçou-se pela transfiguração do Rio de Janeiro rumo à autonomia e ao ideal de civilização. Na capital do império, estabeleceu-se neste período uma classe enobrecida e europeizada com interesses enraizados. Tal elite, que era responsável pelo Estado independente que se formava, consolidou-se no poder e definiu os rumos doutrinários e institucionais que a Monarquia tomaria dali em diante. Seus interesses se consolidaram com a Independência, que se delineou desde a crise do colonialismo português e durante o exílio de D. João: libertaram o país das restrições impostas no *pacto colonial*, asseguraram a liberdade de comércio e garantiram a autonomia administrativa.

Para Costa (1999: 58), “a organização do país independente refletiria os anseios desses grupos sociais que assumiram o poder no Primeiro Império”. De fato, o Estado monárquico pós-joanino continuou com os mesmos quadros intelectuais e burocráticos. Sob o receio de ver a instituição da Monarquia se aproximar das repúblicas que dominavam o continente americano, e com isso dividir o poder com as províncias ou mesmo perdê-las, os estadistas brasileiros buscaram a unidade do Brasil através da monarquia constitucional, aproximando o país do modelo de Estado projetado pelo exemplo europeu.

Durante a formação e a consolidação do Estado independente, a figura de D. Pedro I como genuíno representante da continuidade e da

orgulhosa ligação do Brasil com o modelo civilizado europeu foi utilizada, em larga medida, como instrumento para elite cortesã assegurar a legitimidade da *Monarchia*, sobretudo diante da tendência republicana na América (Carvalho, 1993: 57). Souza (1999: 272) compreende que “amalgamavam-se no imperador e nele se encerravam uma prática de adesão, a tese do contrato, o direito hereditário, instaurando-o como fonte, princípio e lugar da soberania”. Para Souza, havia um esforço pelo estabelecimento da monarquia constitucional para fazer com que os antigos modos de representação do poder coincidissem e se entrecruzassem com uma noção moderna de poder concentrado e cristalizado no Estado. Os debates sobre o parlamento, a extensão e valorização da liberdade individual e pública, a acepção dos poderes, a atuação e limites do legislativo veiculavam uma noção de unanimidade, moralidade, afetividade públicos e união coletiva cujo maior ícone era o Rei.

Embora houvesse, no período, intelectuais-estadistas que chegaram a demonstrar admiração pelo exemplo republicano, a opção pela monarquia incluía a dimensão de evitar que o destino nacional desviasse do controle dos grupos da elite letrada, pois havia entre eles uma apreensão generalizada sobre o despreparo do “populacho incivilizado” e, por isso mesmo, incapaz de se autogovernar — faculdade da qual o sucesso da república dependeria—. Um fidalgo e cavaleiro da “Casa de Sua Majestade”, como ele mesmo proclamava, José Antônio Miranda (1821) questionava em sua obra:

Como é possível fazer uma República de um País vastíssimo, (...) sem população livre, sem civilização, (...) com uma multidão de escravos, sem costumes, sem educação, nem civil nem religiosa, e cheios de vícios e hábitos anti-sociais? (Dias, 2005: 135-136).

Nas palavras de Dias (2005: 136), “essa visão sombria, amplamente difundida, era como um convite a uma arregimentação das elites para sua missão paternalista de vigilantes ilustrados de um povo bárbaro, carente de luzes, necessitado de liderança e de disciplina”. Fazendo coro à mentalidade ilustrada enraizada, a predileção pela estrutura

centralizada de governo justificou-se pelo discurso da importância da manutenção da unidade nacional.

O projeto de Estado que se definia não apresentava ruptura relevante com o modelo europeu-civilizado importado no Período Joanino. Na esteira do pensamento de José Bonifácio, a conformação de um Estado ideal conjugava monarquia constitucional, elite ilustrada e civilização à européia. Conforme explica Mota (2000: 199-221), o ínterim de 1817 e 1850 é o período no qual emerge a busca pela identidade nacional e no qual se adensaram vários projetos para a construção da civilização do Brasil; todos os quais, contudo, refletiram o processo através do qual se consolidava a “dominação da sociedade estamental-escravista e se adaptaram teorias sociais e culturais que embasariam o nascente modelo autocrático-burguês”. A preeminência dos ricos comerciantes cariocas e da burocracia cortesã formada no seio da sociedade de corte fluminense teria definido, na modelagem do Estado brasileiro, “o padrão civilizatório ao longo do processo de formação econômico-social e político-cultural que marcaria os dois séculos seguintes” (Mota, 2000: 199-200).

Nesse cenário político, enquanto que o Rei oferecia legitimidade, os chefes locais no Brasil tinham poder com base em seus recursos econômicos e em suas alianças políticas ou na força. No entanto, sua autoridade também estava condicionada à aceitação por seus possíveis seguidores como legitimamente investidos desse poder. Com isso, o *status* individual dependia em larga escala de fatores não econômicos, que por vezes era reforçado quando derivado da associação com o governo legítimo do monarca (Graham, 2001: 32).

Em 7 de setembro de 1822, quando D. Pedro cortou de vez os laços com Portugal e se proclamou D. Pedro I, formalizando a Independência do Brasil, o ideal civilizatório que daria o tom das políticas da monarquia já estava consolidado. Maxwell (2000: 186-193) observa que “é vital reconhecer” que Dom Pedro estava exagerando quando gritou “Independência ou morte”. Em setembro de 1822, a questão certamente não se tratava da “morte” e, apenas indiretamente, da “independência”, pois Brasil havia sido independente, para todas as intenções e propósitos, desde 1808. Afinal, o Brasil já fazia parte de um reino

unido desde 16 de dezembro de 1815, em igualdade com Portugal. O que de fato estava em jogo no início da década de 1820 era mais uma questão de estabilidade, continuidade e integridade territorial do que de revolução. Para Maxwell, a emancipação política do Brasil é um longo e cumulativo processo de separação gradual e de definição da nacionalidade que manteve sua continuidade ao longo do caminho entre 1808 e 1831.

À frente de tal projeto de estado, os ilustres membros da elite fluminense entendiam-se bem: possuíam um mesmo exemplo a mirar - a Europa ocidental, assentavam-se sobre a mesma hierarquia social e de valores político-culturais, professavam a mesma etiqueta, celebravam nas mesmas festas, frequentavam os mesmos espaços de sociabilidade, temiam os mesmos “bárbaros”; todos eram brancos europeizados e abrigavam a mesma estrutura civilizadora de pensamento. Mota (2000: 200-201) esclarece que a partir desse padrão delinearam-se mais nitidamente “as formas de sociabilidade, de sensibilidade e dominação, de autoexplicação histórico-geográfico-cultural”, da mesma maneira como ideologias e modos de pensar que caracterizariam “o perfil dessa entidade político-institucional abstrata denominada ‘Brasil’”. Para Mota (2000: 201), a “nacionalidade”, enquanto “categoria histórica” e como “ideologia política e cultural”, forjou-se nesse processo cheio de conflitos; isto é, a denominada “Revolução da Independência” teria sido o ponto de partida para a construção de “um sistema ideológico consistente”.

Nesse ponto, é inevitável fazer um parêntesis teórico. Há duas perspectivas sobre a independência de 1822 nas entrelinhas até aqui. Uma é a de Carlos Guilherme Mota (2000), herdeira da obra de Florestan Fernandes, segundo a qual o movimento da independência transformou os latifundiários em uma classe dominante: para dar suporte ao novo país independente, manteve-se o escravismo e expandiu-se a dependência externa, ambos baseados em uma economia de exportação primária. A outra perspectiva teórica sobre a independência é a tese weberiana encontrada em Raymundo Faoro (1975) e José Murilo de Carvalho (1996), a qual considera que o

estamento burocrático representou uma força determinante para a construção do Estado e que esta classe foi a principal benfeitora e beneficiária da independência.

Poderia ser possível tentar argumentar que as duas perspectivas tratam de forças sociais opostas e que, por isso, são inconciliáveis. Contudo, a especificidade de nosso objeto – a ideia de civilização em sua relação com a Monarquia no Brasil – exime este artigo de optar por uma linha teórica e de excluir a outra. Não se trata de procurar identificar o grupo social com maior responsabilidade sobre a independência, mas de observar que o ideal civilizatório foi um dos fatores decisivos para que o país independente se mantivesse como um Estado monárquico. Desse modo, não há ecletismo, mas uma interseção de duas perspectivas. Embora distintas em vários aspectos, as duas linhas teóricas sobre a independência de 1822 não são mutuamente excludentes quando se trata de compreender o ideal de civilização e sua importância para o Estado imperial do Brasil no século XIX. Portanto, aqui não há impedimento para tratar do ideal de civilização como se fosse um elemento compartilhado pelas duas teses.

Civilização simbólica e legitimidade ilustrada

Aos mentores da formação e consolidação do Estado imperial, então, restava iniciar o processo de auto-civilização – como que em uma colonização interna dirigida pelo próprio Império, e, também, conquistar a legitimidade externa através da auto-representação da civilidade do Estado. Naquele momento, importava, sobretudo, a sanção daqueles países tradicionalmente compreendidos como banhados pelas Luzes e que ditavam o ritmo da marcha da civilização. Daí o destaque que os ícones de progresso, de modernização e civilidade tiveram da independência em diante, como foi o caso da importância simbólica atribuído ao patrimônio bibliográfico da Real Biblioteca.

Imigrada para o Brasil por solicitação de D. João, a Real Biblioteca constituía importante signo da civilização e da cultura universal em

Portugal. No mesmo ano em que aportou no Rio de Janeiro, em 12 de outubro 1808, o monarca ordenou que a biblioteca fosse enviada para o Brasil. Já estabelecida em 1810, quando D. João iniciou sua política cultural para dar “um banho de civilização” na capital do Império, a biblioteca continuava a exercer sua função de símbolo da tradição ilustrada e de civilização, mas agora em solo brasileiro. Contudo, anos depois, na ocasião da independência, quando o Império que nascia buscava esconder suas debilidades estruturais e exhibir seus ícones legitimadores de civilização para obter o reconhecimento de sua emancipação, o governo brasileiro evitou devolver a rica coleção de livros herdada de D. João VI. Contra Portugal, iniciou-se uma “disputa bibliográfica” que fez da biblioteca parte das negociações sobre o reconhecimento da independência. De fato, o império brasileiro não devolveu o acervo, e o valor do ressarcimento que Portugal deveria receber do Brasil motivou cláusulas e atos diplomáticos.

Com a *Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade* de 29 de agosto de 1825, o imperador D. Pedro I concordou pagar à Família Real portuguesa pelos bens e propriedades deixados no país, e entre os diferentes itens constava a Real Biblioteca. O preço que o Brasil pagou pela legitimidade ilustrada de sua independência foi alto. Dos 2 milhões de libras esterlinas requeridos para indenizar sua ex-metrópole e pelo reconhecimento de sua emancipação —tomadas de empréstimo da Inglaterra por Portugal, com juros de 5% ao ano—, 800 contos de réis referiam-se ao preço da Real Biblioteca (Schwarcz, 2002:35).

Como resultado, o Brasil iniciou sua vida política independente gravemente endividado: tudo pela civilização. Já em sua primeira *Fala do Trono*, em 1823, D. Pedro I não escondia que “as circunstâncias do tesouro público eram as piores” (Calmon, 1977:33). Por isso, os anos entre 1822 e 1831 foram mais modestos e não houve a mesma corrida de melhoramentos urbanos e edificações dos anos anteriores de D. João VI. Contudo, apesar do ritmo mais lento, o empenho pela continuidade da marcha progressista foi financiado, agora, pela centralidade do Rio de Janeiro no Império em face das demais províncias.

O processo de construção simbólica para afirmação e consolidação do Estado imperial independente está repleto de referências à

contiguidade cultural e genealógica entre o Brasil e a civilização ocidental-européia. É possível constatar isso nas cerimônias de entronização no século XIX brasileiro. De acordo com Cardoso (2003: 576-577), através dos elementos sígnicos de este tipo de cerimônia, a monarquia brasileira reafirma-se publicamente “como representante de uma civilização européia nos trópicos e como uma entidade política que [...] se filia na linhagem dos grandes imperadores do seu e doutros tempos”. O Império, ao procurar afirmar-se espontaneamente através de uma europeização e ocidentalização forçadas —dado que não estava sob a gestão externa de uma metrópole europeia—, em grande medida, revela o quão arraigado estava o ideal civilizatório. Souza (1999:270) observa que a independência, a adoção da monarquia constitucional e a manutenção da integridade territorial do Brasil indicavam que o país se inseria “num *fluxo de civilização*, e esse gênero de festas revelava o grau de civilização do país, graças ao tipo de comportamento e civismo apresentados por seus habitantes no espaço público”. Tudo isso explicitaria o ideal civilizatório.

Desse modo, o ideal de civilização foi um dos condicionantes para que a elite nacional continuasse internamente a mesma configuração de poder representada em uma sociedade de corte que previa a diferenciação hierárquica dos indivíduos através dos mesmos parâmetros de valores que serviram à ideologia colonizadora. Ainda que o poder político estivesse oficialmente em serviço pelos interesses locais, o ideal civilizatório do Império brasileiro foi proclamado como um projeto interno que continuava a pauta da moderna e progressista cultura ocidental européia. Mesmo no inflamado discurso anti-português das alocuções nacionalistas, frequentemente a acusação de “explorador” contra Portugal acompanhava a denúncia de que a metrópole representou um obstáculo contra as Luzes e a marcha da civilização no Brasil. Isto é recorrente no *Revérbero Constitucional Fluminense*, 15 out. 1821, 8 jan. 1822, 15 jan. 1822, 5 fev. 1822, 5 mar. 1822, 5 jun. 1822, 1º. out. 1822 (Souza, 1999: 191-194).

Unidade e continuidade da monarquia

No entanto, a Independência trouxe consigo o problema da construção do país. Como bons herdeiros do despotismo ilustrado do século anterior, segundo Dias (2005: 146-147), era lugar-comum entre os mentores do Império a idéia que “uma população bárbara e dispersa, como a brasileira, dependia primordialmente de uma tutela paternalista e ilustrada, de um governo central fortemente estruturado”. Competia aos estadistas brasileiros incorporar tal população à obra da construção do Estado e, por isso, os ilustrados articulados ao governo do Rio de Janeiro carregavam o fardo de pensar os meios de garantir a unidade territorial e a “nacionalização” da população.

Nesse contexto, a nação apenas existiria se fossem firmados os laços de solidariedade entre os principais grupos sociais brasileiros, se houvesse uma comunhão de interesses entre eles, para que a idéia de pertencimento a uma mesma comunidade tivesse respaldo na realidade social. O que estava em pauta era a própria construção da nacionalidade brasileira, e o caminho para isso era a europeização e a ocidentalização do ambiente e dos homens. De acordo com Zimmerman (2002: 503-517), a *intelligentsia* imperial tinha esperança e confiança em um futuro melhor para o Brasil, pois acreditavam que determinadas sociedades poderiam passar de um estágio inferior para um estágio mais avançado de civilização.

É importante mencionar que nem a regência de D. Pedro, na ocasião da saída de D. João VI, nem o advento da independência implicaram uma grande ruptura com as forças e interesses da elite fluminense da monarquia. Houve uma continuidade entre o Brasil projetado antes e depois do “grito do Ipiranga”. Esse fato não era de se estranhar, dado que o Brasil dispunha de uma elite “ideologicamente homogênea”, nas palavras de Carvalho (1996: 34), segundo o qual essa elite se reproduziu em condições muito semelhantes após a independência devido à formação jurídica em Portugal, ao seu treinamento no funcionalismo público e aos compromissos e interesses há muito estabelecidos com a propriedade da terra e com a manutenção da escravidão.

Formada do encontro da Corte migrada em 1808 com os grupos sociais de destaque na sociedade fluminense, a elite imperial manteve-se infiltrada na estrutura burocrática do Estado independente, o qual dependia de sua participação na produção agrícola de exportação e no comércio fluminense (Graham, 2001: 25-30). A participação dessa elite homogênea educada na tradição do absolutismo português e na burocracia estatal fez do fortalecimento do Estado um valor político prioritário.

De acordo com Carvalho (1996: 38), houve um acordo sobre a forma de organização do poder, dado que, ainda que tendências descentralizadoras tenham coexistido com a Monarquia, as divergências jamais iam “além dos limites estabelecidos pela manutenção da unidade nacional, pelo controle civil do poder, pela democracia limitada dos homens livres”. Com efeito, o processo de formação e de consolidação do Estado teria sido marcado pelo potencial de digerir os conflitos entre os grupos dominantes, desde que mantida a estabilidade do Império e desde que em acordo com o padrão de civilização europeu.

O apelo civilizatório da monarquia

Desde que D. Pedro I se consolidou em seu reinado, sobretudo após sufocar os confederados de Pernambuco, seus impulsos autoritários criaram tensões com os legisladores brasileiros. Houve divergências com o imperador desde pelo menos 1823, quando D. Pedro I dissolveu a Assembléia Constituinte; também em 1824, quando o imperador outorgou a primeira constituição brasileira, que o conferia superioridade através do Poder Moderador. No entanto, D. Pedro I viu-se envolvido nos problemas de sucessão ao trono português desde março de 1826, quando D. João, seu pai e rei de Portugal, veio a falecer. Foi justamente nesse mesmo ano que a Assembléia foi reaberta e se deu início à primeira legislatura da Câmara dos Deputados. Daí em diante, e progressivamente, D. Pedro perdia sua popularidade. Além disso, havia um número excessivo de portugueses ocupando de cargos

no governo, o que causava um imenso mal-estar entre a oposição e a opinião pública – afinal, o Brasil dava seus primeiros passos como nação independente de sua ex-metrópole portuguesa (Malerba, 1999:24-25).

Entretanto, a instituição monárquica continuava a exercer seu fascínio pois transmitia um apelo civilizatório poderoso de unidade nacional e estabilidade social. Apesar das tensões com o Legislativo desde 1826, D. Pedro I gozava do prestígio de ser reconhecido como o herói da Independência. O monarca, aliás, lançou mão dos recursos que tinha para tentar contornar a crise: a mesma cartilha política realizada nos trópicos por seu pai. Segundo Bethell e Carvalho (2001: 706), muitos foram cooptados com cargos de ministro, senador, conselheiro de Estado; alguns foram comprados com títulos honoríficos; de acordo com estes autores, “durante o ano de 1825-1826, Dom Pedro concedeu 104 títulos de nobreza (em sua maioria, de barão e visconde), mais de dois terços de todos os títulos outorgados durante o Primeiro Reinado”. Entre os partidários brasileiros de D. Pedro havia absolutistas conservadores, muitos dos quais hesitavam em lhe fazer oposição, temendo que o próprio sistema monárquico fosse ameaçado.

Não obstante, somava-se a essa conjuntura outro problema: a economia ia de mal a pior. Na década de 1820, a Brasil ainda tentava arrumar seu caixa, afetado pelo alto custo de sua independência. A crise econômica da época frustrou as expectativas de progresso conferidas à Independência. Em abril de 1831, sob tamanha pressão, D. Pedro I abdicou em favor de seu filho mais novo, Pedro, de apenas cinco anos, o único filho homem e nascido no Brasil. Com isso, nacionalizava-se o trono, o que em tese deveria acalmar a exaltação contra os portugueses, e, também, mantinha-se em perspectiva a continuidade legítima da monarquia. Mas a notícia da abdicação, ao alcançar, sobretudo, os núcleos das províncias, fez irromper uma série de distúrbios populares e insurreições militares. Na própria capital fluminense ocorreram uma série de cinco motins, dos quais quatro tiveram essencialmente os cidadãos portugueses como alvo.

De acordo com Bethell e Carvalho (2001: 710-713), os principais beneficiários da abdicação de Dom Pedro I e de seus sucessores foram

os setores da classe brasileira que haviam apoiado a independência em 1822, mas que, na década seguinte, se opuseram cada vez mais contra o absolutismo, contra a extrema centralização do poder e contra a política de predileção pró-portugueses do imperador.

No entanto, aos olhos dos homens de Estado envolvidos com as estruturas da Monarquia, a apreensão sobre a possibilidade de fragmentação da nação era acompanhada pela repugnância contra a ideia de tirar o Brasil dos trilhos da civilização. Entre 1831 e 1840 o Brasil foi governado por regentes, enquanto o futuro imperador crescia. Nesse período, se a solução provisória da regência sofreu com os vários movimentos de insurreição nas províncias, todos com o objetivo do federalismo, sendo muitos deles abertamente separatistas, a época posteriormente apelidada de “experiência republicana”, em razão de seus mecanismos eleitorais, propiciou que a soma das forças autóctones indicasse a direção e o sentido que a estrutura do Estado deveria tomar. Nesse ínterim, conservadores e liberais alteraram-se na chefia do Estado, disputando a hegemonia para promover reformas ora liberalizantes ora centralizadoras.

Controle e uso do Estado

O novo realinhamento dos fluxos de interesse significou a emergência de uma nova rede de interdependências. Para os grandes comerciantes fluminenses, era cada vez mais expressiva a importância dos cafeicultores, os quais garantiam a demanda por escravos ante as pressões contra o tráfico de negros. Posto que o contínuo desembarque de escravos “incivilizados” no Rio de Janeiro não oferecia ao Brasil nenhuma aproximação com o almejado ideal de civilização, o conluio de interesses entre a oferta e a demanda do escravismo foi essencial para que o Estado monárquico mantivesse a legalidade do trabalho escravo. Pois, enquanto aos comerciantes interessava que a supremacia da política brasileira continuasse a gravitar ao redor da Corte fluminense, aos cafeicultores interessava que a oferta para a demanda de braços para a mão-de-obra da lavoura não fosse interrompida. Em

grande medida, a expansão da agricultura do café dependia das linhas de crédito encontradas nas praças cariocas para o financiamento da lavoura, as quais eram reguladas pelos mesmos comerciantes que controlavam o tráfico de escravos. A elite fluminense lucrava novamente com o fato da produção do café ser integralmente escoado pelo porto do Rio de Janeiro. (Faoro, 1975: 387-388).

Em pleno Período Regencial, esse vantajoso sistema de mercado para a sociedade fluminense fez com que o eixo econômico do Brasil beneficiasse a sede da Corte e, de maneira geral, a sociedade carioca. Lá, os elementos geradores de riqueza estavam mais em função da economia do escravo e da exportação que da fazenda. Comerciantes e quadro político se reencontraram para fazer do Estado um instrumento civilizador, irradiado a partir da monarquia e concentrado na Corte.

A elite fluminense se imbricava na estrutura do governo para promover seus próprios interesses, mas não somente por isso. Conforme assinalou Graham (1997: 15-23), além de obviamente exercer influência sobre “a adoção dessa ou daquela política, como seja uma lei de impostos, regulamentação tarifária”, a elite fluminense se infiltrava nos quadros burocráticos do Estado notadamente para exercer influência “sobre os próprios conceitos de bem e da verdade, a conduta devidamente obsequente em uma estrutura social hierárquica, a lealdade aos padrões e o cuidado com os clientes”. Não se tratava, portanto, apenas de usufruir do Estado, mas de utilizá-lo como instrumento para impor projetos e ideais. Por essa razão, o Estado monárquico representou uma importante ferramenta através da qual a alta sociedade fluminense empregou meios de concretizar os ímpetus de seu ideal civilizatório.

Além disso, é na própria estrutura do Estado que se concentrava o maior número de hospedeiros do ideal de civilização, dado que os homens letrados-ilustrados majoritariamente buscavam seu lugar nas funções públicas para o reconhecimento e ascensão pessoais, considerando que naquela época não se separavam funcionalmente o intelectual do político. Praticamente não havia outros modos de sobreviver profissionalmente como intelectual num país de iletrados, em um espaço social sufocado pela presença da escravidão. Isto é,

somente na política era possível uma colocação social que permitisse exercer também a função de letrado. Segundo Neves (1999: 23-24), é ilustrativo que “entre os quinze ministros de Império, ao longo dos anos de 1831 e 1838, mais da metade dedicou parte de seu tempo aos escritos políticos, científicos e de belas letras”. Mesmo após a quebra da autoridade tradicional com a abdicação de D. Pedro I em 1831, quando as regências em crise revelaram “um estado desfigurado”, segundo Neves (1999: 24), “a identidade continuava a ser buscada em um modelo externo, capaz de legitimar as aspirações de inserir o Brasil no contexto das nações civilizadas”.

Monarquia, civilização e poder simbólico

Nessa conjuntura, apesar das diferenças entre os grupos e partidos, coube a todos os grupos sociais em questão, conservadores e liberais, a missão de fazer reinar novamente a ordem pública e, sobretudo, de garantir a integridade do Império e da ordem escravista. Daí a preocupação das elites em fundar a nação brasileira através do aparato do Estado central ter redundado em interferências do poder público em questões culturais, como é o caso da criação de instituições como o Colégio Pedro II, o Arquivo Público e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Neves, 1999: 25-32).

A conjugação dos conceitos de “civilização” e “cultura” foi um pilar importante para a consolidação da nacionalidade, visto que a utilização dos dois conceitos normalmente é inerente à fase em que um país recém independente promove a estatização do conteúdo das palavras “cultura” e “civilização”. No caso da formação e consolidação do Estado imperial no Brasil, a sedimentação de um vocabulário cujo conteúdo estabelecia a ideia de posse sobre aquilo ou aquelas características que são entendidas como fator de identidade é indício de que o desenvolvimento da auto-percepção nacional, da identidade nacional. Neiburg (2001: 46-47) explica que o termo *civilização* passou a distinguir o mundo ocidental de nações e de relações entre nações de toda uma outra forma de organização social, enquanto que o termo

cultura começou a ser utilizado no plural, para designar “as unidades delimitadas e diferenciadas que se auto-definem como culturas nacionais —*cultura* passou a ser sinônimo de ‘ser’ ou de ‘ter’ caráter nacional”—.

No ano da morte de D. Pedro I em Portugal, no calor das disputas entre liberais e conservadores, sob o sistema parlamentar das regências compostas, o Ato Adicional de 1834 estabeleceu que o governo regencial deveria se organizar através da rotatividade de um único chefe no Executivo, a ser eleito pelas províncias a cada quatro anos por meio do voto censitário. Em 12 de outubro de 1835, o primeiro regente eleito tomou posse, o padre liberal-moderado Diogo Feijó, cujo polêmico e autoritário mandato terminou em 1837, com sua renúncia. O momento era delicado para um governo liberal, pois, àquela altura, o projeto dos liberais moderados sofria da crescente oposição em razão das dificuldades de manter a integridade territorial do Império (Engel, 2002: 207-209).

O cargo foi assumido interinamente por Pedro de Araújo Lima, que, apesar de pernambucano, representava o interesse das oligarquias cariocas de reverter a tendência descentralizadora do Ato Adicional. Sua regência nomeou um gabinete composto por políticos conservadores e regressistas, os quais visavam a retirar o controle do sistema judicial das províncias e devolvê-lo ao poder central (Malerba, 1999: 54-55). Quando as agitações do período faziam aventar a idéia de promover a princesa Januária à regência, herdeira presuntiva do Império, Araújo Lima estrategicamente buscava realçar o prestígio de D. Pedro de Alcântara através do restabelecimento de etiquetas cortesãs conhecidas do tempo de D. João VI, entre as quais o costume do beijamão, cujo gesto simbolizava o reconhecimento de que o monarca é o senhor de seus súditos (Guimarães, 2002: 572-573). Contudo, o prestígio do pernambucano não o safou das indisposições com os liberais moderados.

Os interesses dos liberais de voltar ao poder redundaram, no entanto, na manobra do *Golpe da Maioridade*: promoveram agitações e pressionaram o Senado a declarar, em 23 de julho de 1840, D. Pedro de Alcântara legalmente maior de idade, ainda com menos de 15 anos.

Marco do final das regências e início do Segundo Reinado, o objetivo do golpe foi levar ao trono um imperador inexperiente, maleável, que pudesse atender aos interesses liberais. Através do golpe, as atenções ficariam centralizadas na figura do imperador, e isso representava um fator importante para o processo de estabilização política do Brasil imperial, visto que tanto liberais quanto conservadores se arremeteram ao redor do trono em 1848 (Malerba, 1999: 55-59).

Rei no trono, coroa na cabeça. Através de sua imagem, D. Pedro II fixava o emblema da soberania nacional, e, ao mesmo tempo, atendia à demanda de filiação do Brasil à civilização através de sua herança monárquica. A um só tempo, indicava que o Império acertava-se sob os trilhos civilizadores do modelo ocidental-europeu e fornecia aos setores da elite fluminense o símbolo maior da monarquia para legitimar a centralidade do Rio de Janeiro no cenário político do Império. Assim como ocorrera com a chegada de D. João VI ao Brasil, depois da Independência, a figura do imperador novamente representava o pilar de uma prática de adesão aos interesses dos homens de Estado letrados. No plano do poder simbólico, com D. Pedro II e a continuidade da Monarquia, o ímpeto de lapidar a nação através do processo de civilização estaria assegurado. Tudo conforme a cartilha do ideal de civilização.

Entre o Primeiro Reinado e o Segundo Reinado, até que D. Pedro II ganhasse barbas, à elite cortesã competiu a gestão da formação moral e intelectual do “órfão da nação”. Ícone da unidade do país e do pertencimento genealógico da monarquia brasileira à marcha universal da civilização, a imagem de D. Pedro II era cuidadosamente manipulada pelas elites locais fluminenses, transformando-o, desde o momento regencial, em “instituição nacional” (Schwarcz, 1998: 58).

Mas o esforço concernente ao imperador ia além da imagem representada. Menino de carne e osso, o próprio D. Pedro II fora alvo da padronização europeizante e civilizadora. A despeito dos conflitos no jogo de interesses envolvidos em sua tutoria, foi consensual durante sua educação que a formação do herdeiro do trono deveria ser pautada por uma tediosa e regrada rotina de tarefas pedagógicas, cujo objetivo

era incuti-lo dos valores que consideravam essenciais no futuro Rei: um misto de civilidade, de um amor disciplinado e paternalista ao Brasil e de erudição europeia-iluminista-universal. Antes de completar 13 anos, em 8 de maio de 1838, D. Pedro escreveu à sua irmã, a rainha D. Maria da Glória:

Querida e muito amada irmã. Aproveitamos a viagem a Paris que faz o Sr. Antônio Carlos d'Andrada, irmão do nosso Tutor, para dar-lhe notícias. Há muito tempo estamos privados das suas, assim como das de nossa querida Mamãe [...] Aqui esforçamo-nos em seguir o seu exemplo: Escrita, Aritmética, Geografia, Desenho, Francês, Inglês, Música e Dança dividem os nossos momentos; fazemos constantes esforços para adquirir conhecimento e somente nossa aplicação pode trazer um pouco de lenitivo às vivas saudades que nos faz experimentar a separação. (Schwarcz, 1998:54)

Não se tratava apenas de prepará-lo para o jogo político que encontraria na Corte. Os objetivos envolvidos com a formação do imperador estendiam-se sobre a necessidade de versá-lo no repertório cosmopolita da erudição científico-iluminista. O que estava em jogo era a “fabricação” de um príncipe perfeito, adequado tanto às demandas que o reinado imporia quanto aos mandamentos do ideal civilizatório.

Por isso a oportunidade de educar a mente de D. Pedro foi tão valiosa para a Corte fluminense. Logo trataram de tentar moldá-lo como queriam, educando-o para que não se parecesse com seu pai, que tinha a fama de ser comandado por emoções. Carvalho (2007: 17) descreve D. Pedro I como “impulsivo, romântico, autoritário, ambicioso, generoso, grosseiro, sedutor”, por isso “capaz de grandes ódios e amores”; daí educar D. Pedro II para fazer dele o oposto: “ensinaram-lhe a controlar ódios e amores, a ser contido, racional, equilibrado, previsível”. O futuro Rei teve sua educação orientada para que fosse um ícone exemplar, pois, em uma sociedade encarnada de patriarcalismo, monárquica e aspirante ao modelo ocidental da civilização, nada melhor se o próprio Rei fosse um elemento europeizado e civilizado tanto quanto europeizante e civilizador.

Segundo Carvalho (2007: 27), a tutoria de D. Pedro II dava instruções aos seus mestres para que seu programa de estudos na educação literária e moral fosse “uma mistura de iluminismo, humanismo e moralismo”, com vistas a formar um “monarca humano, sábio, justo, honesto, constitucional, pacifista, tolerante. Isto é, um governante perfeito, acima das paixões políticas e dos interesses privados”.

O Estado imperial brasileiro se formou em um ambiente herdeiro dos ideais iluministas em que a integração do país na rota da ciência representou uma prioridade entre as prioridades, dado que a conquista do saber configurava invariavelmente um condicionante para o sucesso do ideal de civilização. A orientação educacional de D. Pedro II é reflexo disso tanto quanto a política de institucionalização do saber que se consolidou no Segundo Reinado com a fundação de sociedades e academias científicas e educacionais. De fato, durante todo seu longo reinado, é como se D. Pedro II tivesse feito o que foi “programado” para fazer: incentivou o quanto pôde o desenvolvimento das artes e da ciência no Brasil, chegando a empregar os próprios recursos financeiros para o mecenato. Segundo Schwarcz (1998:124), o reinado de D. Pedro II foi marcado pela dedicação à tarefa de conformar uma cultura própria e oficial e de criar uma nobreza: “ao lado do projeto civilizacional, que implica pensar no papel do país no concerto das nações, era hora de prever um projeto nacional calcado em uma cultura particular e distante de tudo o que lembrasse a escravidão”.

Com efeito, o tom da política cultural do Segundo Reinado afinou-se com o projeto nacional-civilizacional. Tanto no seu apogeu entre 1850 e 1870, quanto na fase de seu declínio de 1870 até 1889, ocorreu uma intensificação da institucionalização educacional e científica (Schwarcz, 1993). Da mesma forma que a política cultural iniciada com a vinda da Família Real em 1808, tratava-se de alocar o Brasil na marcha universal da História e de assegurar que o destino da nação brasileira estaria em acordo com o ideal de civilização.

No entanto, antes mesmo de D. Pedro II praticar qualquer ato de fomento à ciência, quando o Estado possuía um governo regencial, a pretensão de incorporar o Brasil na cultura científica universal foi além dos esforços pela erudição e civilização da formação tutelada do

imperador. Tal ambição era evidente nas artes literárias e científicas, através das quais se desenhava o esboço da imagem civilizada que deveria ser nacional. No limiar do *Romantismo* brasileiro, a *Nitherói, Revista Brasiliense* publicou 2 números editados em Paris através do mecenato do negociante brasileiro Manuel Moreira Neves. Gonçalves de Magalhães, Francisco Sales Torres-Homem e Araújo Porto Alegre, os editores, anunciavam em 1836 seu conteúdo da seguinte maneira:

A economia política, tão necessária ao bem material, progresso, riqueza das nações, ocupará importante lugar na *Revista Brasiliense*. As ciências, a Literatura Nacional e as Artes que vivificam a inteligência, animam a indústria, e enchem de glória e de orgulho os povos, que as cultivam, não serão de nenhum modo negligenciadas. E destarte, desenvolvendo-se o amor e a simpatia geral para tudo que é justo, santo, belo e útil, veremos a pátria marchar na estrada luminosa da civilização. (França, 1999: 122)

No século XIX, segundo Naxara (2004: 80-131), de um lado havia a ênfase “romântica” dedicada à busca das origens e mitos para a formação de uma história assentada num passado que levasse em consideração tanto o colonizador português como o selvagem ameríndio e, secundariamente, o negro, enquanto que, do outro lado, estava o registro cientificista, também impregnado com a sensibilidade romântica, propondo o conhecimento da natureza e do povo dentro dos princípios ditados pela ciência e representando-os a partir de cânones estabelecidos. De acordo com Naxara (2004: 131), era comum às duas correntes a crença no progresso e na evolução crescente da humanidade: “o progresso não seria para todos”, pois “a condução do progresso estava nas mãos dos brancos e branca era a sociedade que se desejava formar para o Brasil, de forma a inseri-lo de vez na comunidade dos povos civilizados na tradição ocidental cristã”.

Considerações Finais

Os valores civilizatórios semeados notadamente a partir do Período Joanino representam um fator incontornável para o estudo da história das

ideias no Brasil, pois o enraizamento do ideal civilizatório parece ter contribuído decisivamente para dar forma à mentalidade dos homens de Estado da elite letrada que perpassou o século XIX brasileiro.

No Primeiro Reinado, o projeto de Estado representado pela figura do Rei D. Pedro I reuniu, ao redor do ideal de civilização, os valores da estabilidade e da unidade monárquicas, contrapondo o Brasil à imagem de uma América dominada pelo republicanismo. Embora houvesse intelectuais-estadistas que chegaram a demonstrar admiração pelo exemplo republicano, a opção pela monarquia incluía a dimensão de evitar que o destino nacional desviasse do controle dos grupos da elite letrada, pois havia entre eles uma apreensão generalizada sobre a incapacidade do povo brasileiro se autogovernar. Competia aos estadistas brasileiros incorporar tal população à obra da construção do Estado e, por isso, os ilustrados articulados ao governo do Rio de Janeiro acreditavam carregar o fardo de pensar os meios de garantir a unidade territorial e a “nacionalização” da população. Ao fim e ao cabo, o Estado monárquico foi pensado como um meio de garantir que o Brasil não sairia dos trilhos da civilização, e isso teve considerável importância para que o país independente prosseguisse no mesmo sistema de governo de seu colonizador.

Na Regência, num cenário de crise da autoridade tradicional, a “experiência republicana” alternou liberais e conservadores na gestão do Estado. Contudo, prevaleceu um consenso pelo ideal de civilização. Apesar de suas rixas e interesses diversos, os dois grupos antagônicos buscaram assegurar a ordem e a integridade do Império seguindo o modelo europeu de Estado em acordo com o desejo de inserir o Brasil no contexto das nações civilizadas. Tal “ilha de letrados num mar de analfabetos”, conforme Carvalho (1996: 38) nomeou a elite intelectual do Império, compartilhou um acordo básico sobre a estrutura política e social do Estado, a fim de processar conflitos respeitando a estabilidade do sistema imperial.

O Segundo Reinado marcou a cristalização da estrutura de Estado que conjugou política cultural e projeto civilizacional. A preocupação pela conformação intelectual do Brasil e de sua “identidade” mobilizou a elite letrada imperial, tanto através da produção literária quanto científica, a

buscar a unidade e a identidade de um país que se caracterizava pela diversidade. Tratava-se um empreendimento organizado pela *intelligentsia* envolvida com a estrutura do Estado monárquico para construir sob a realidade tropical uma civilização idealizada.

Entre o Primeiro Reinado, o Período Regencial e o Segundo Reinado encontra-se um ideal civilizatório presente em diversas formas de legitimação do poder do Estado independente —uma rede de crenças repleta de valores civilizatórios que outrora justificaram o colonialismo europeu, mas que se manteve na tradição durante o período do Brasil Império atuando como dos alicerces para a estrutura de poder—¹. Estudar como tais valores dão suporte a desigualdades do Brasil e seu papel nas mudanças sociais que se formaram até o presente parece ainda ser uma tarefa por fazer.

Bibliografia

- Bethell, L.; Carvalho, J. (2001) “O Brasil da Independência a Meados do Século XIX”, in L. —. *História da América Latina: da independência até 1870*. EDUSP- Imprensa Oficial do Estado: São Paulo, 695-769.
- Bevir, M. (2008) *A lógica da história das ideias*. EDUSC: Bauru.
- Calmon, P. (1977) *Falás do trono*. Melhoramentos: São Paulo.
- Cardoso, A. (2003) “Ritual: princípio, meio e fim. Do sentido do estudo das cerimônias de entronização brasileiras”, in I. Jancsó (ed.). *Brasil: formação do estado e da nação*. Hucitec: São Paulo, 549-602.
- Carvalho, J. (1993) “Federalismo y centralismo en el imperio brasileño: historia e argumento”, in M. Carmagnani (ed.). *Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*. El Colegio de México-Fondo de Cultura Económica: México DF, 51-76.
- .(1996) *A construção da ordem; Teatro de sombras*. Editora UFRJ, Relume-Dumará: Rio de Janeiro.

¹ Sobre as noções de rede de crenças e de tradição, ver Bevir, 2008: 127, 257-263.

- . (2007) *D. Pedro II*. Companhia das Letras: São Paulo.
- Costa, E. (1999) *Da monarquia à república*. EDUNESP: São Paulo.
- Dias, M. (2005) *A interiorização da metrópole e outros estudos*. Alameda: São Paulo.
- Elias, N. (1997) *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro.
- Engel, M. (2002) ‘Diogo Antônio Feijó’, in R. Vainfas (ed.). *Dicionário do Brasil imperial*. Objetiva: Rio de Janeiro.
- Faoro, R. (1975) *Os donos do poder*. Globo: Porto Alegre.
- França, J. (1999) *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista*. Casa da Moeda: Lisboa.
- Graham, R. (1997) *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Editora UFRJ: Rio de Janeiro.
- Graham, R. (2001) “Construindo uma nação do Brasil no século XIX”. *Diálogos* 5(1), 11-47.
- Guimarães, L. (2002) “Pedro de Araújo Lima”, in R. Vainfas (ed.). *Dicionário do Brasil imperial*. Objetiva: Rio de Janeiro.
- Harada, M. (2010) “Vitória de Dilma gera ataques preconceituosos contra nordestinos no twitter”. *Correio Braziliense* [document WWW]. URL http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/especiais/eleicoes2010/2010/11/01/interna_eleicoes2010,221211/index.shtml [accessed 29 November 2012].
- Malerba, J. (1999) *O Brasil imperial (1808-1889)*. Eduem: Maringá.
- . 2000) *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821)*. Companhia das Letras: São Paulo.
- Maxwell, K. (2000) “Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência”, in C. G. Mota (ed.), *Viagem incompleta. A experiência brasileira*. Editora SENAC: São Paulo, 177-196.
- Miranda, J. (1821) *Memória constitucional e política sobre o estado presente de Portugal, e do Brasil*. Typografia Nacional: Rio de Janeiro.
- Mota, C. (2000) “Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850)”, in C. G. Mota (ed.), *Viagem incompleta. A experiência brasileira*. Editora SENAC: São Paulo, 197-240.

- Naxara, M. (2004) *Cientificismo e sensibilidade romântica*. Editora Universidade de Brasília: Brasília.
- Neiburg, F. (2001) “O naciocentrismo das ciências sociais e as formas de conceituar a violência política e os processos de politização da vida social”, in L. Waizbort (ed.). *Dossiê Norbert Elias*. EDUSP: São Paulo, 37-62.
- Neves, L. (1999) “Intelectuais brasileiros nos Oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838)”, in M. E. Prado (ed.). *O Estado como vocação: idéias e práticas no Brasil oitocentista*. Access: Rio de Janeiro, 9-32.
- Schwarcz, L. (1993) *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. Companhia das Letras: São Paulo
- (1998) *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Companhia das Letras: São Paulo.
- (2002) *A longa viagem da biblioteca dos reis*. Companhia das Letras: São Paulo.
- Souza, I. (1999) *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo. 1780-1831*. EDUNESP: São Paulo.
- Zimmerman, T. (2002) “Modelos de civilização para o Brasil do século XIX”. *Dimensões* 14(1), 503-517.